

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 196/2011

**CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE
ENTRE-SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
E A EMPRESA SEDUTE COMÉRCIO DE
MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA -
EPP.**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, situado na Av. Pedro II, s/n.º, Centro, Palácio "Clóvis Beviláqua", Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o n.º 05.288.790/0001-76, neste ato representado pelo seu Presidente **DES. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO** residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade N.º 96152798-6 SSP/MA e do CPF n.º 153.098.863-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro e a **EMPRESA SEDUTE COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.120.553/0001-64, com sede na Rua Pedro Bohomme, n.º 65, Bairro Jardim Bela Vista, Campinas - SP, CEP: 13.077-003, neste ato representada por **BEATRIZ SALAMENE SIMÕES**, portadora da cédula de identidade n.º 32.511.857-7 SSP-SP, CPF n.º 220.648.208-84, brasileira, casada, residente na Av. Professora Dea Ehrhardt de Carvalho, n.º 770, Casa 14, Chácaras Recreio Gramado, Campinas-SR, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o **Processo Administrativo n.º 30.524/2011**, mediante a Adesão à Ata de Registro de Preços n.º XVI/2010, vinculada ao Pregão Presencial n.º 22/2010 - UESPI - PI I, e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este contrato tem por objeto a **Aquisição de mobiliário** para o anexo do Fórum Desembargador Sarney Costa, consoante especificações e quantidades constantes na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 02 – ITEM 41: CADEIRA OPERACIONAL CETUS, ESPALDAR MÉDIO, BASE FIXA CONTÍNUA PRETA COM BRAÇOS. REVESTIDA EM CREPE 100% POLIÉSTER	26	R\$ 600,00	R\$ 15.600,00



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LOTE 02 – ITEM 162: POLTRONA DIRECIONAL AQUARIUS, CONCHA ÚNICA, ESPALDAR ALTO, GIRATÓRIA À GÁS, BASE EM ALUMÍNIO INJETADO POLIDO COM RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON, RELAX COM BLOQUEIO, BRAÇOS FIXOS EM LAMINA DE AÇO CROMADO COM APOIOS ESTOFADOS. COURO ECOLÓGICO 100% P.U.	106	R\$ 2.319,00	R\$ 245.814,00
LOTE 02-ITEM 163: POLTRONA DIRECIONAL AQUARIUS, CONCHA ÚNICA, ESPALDAR MÉDIO, GIRATÓRIA A GÁS, BASE EM ALUMÍNIO INJETADO POLIDO COM RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON, BRAÇOS FIXOS EM LAMINA DE AÇO CROMADO COM APOIOS ESTOFADOS. COURO ECOLÓGICO 100% P.U.	104	R\$2.080,00	R\$ 216.320,00
LOTE 02- ITEM 165: POLTRONA DIRECIONAL TITANIA, ESPALDAR MÉDIO, TIPO FRAQUE, GIRATÓRIA A GAS, EM AÇO COM CAPA PRETA E RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON, MECANISMO RELAX COM BLOQUEIO E BRAÇOS REGULÁVEIS. COURO ECOLÓGICO 100% P.U.	174	R\$ 977,00	R\$ 169.998,00
LOTE 02- ITEM 166: POLTRONA DIRECIONAL TITANIA, ESPALDAR MÉDIO, TIPOS FRAQUE, BASE FIXA CONTÍNUA, COM BRAÇOS FIXOS. CREPE 100% POLIESTER	200	R\$ 792,00	R\$ 158.400,00
LOTE 02- ITEM 172: SOFÁ DE ESPERA TRITON DE 1 LUGAR COM BRAÇOS FIXOS EM POUURETANO INTEGRAL SKIN E PES TRASEIROS EM AÇO CROMADO. COURO ECOLÓGICO 100% P.U.	39	R\$ 1.852,00	R\$ 72.228,00
LOTE 02- ITEM 173: SOFÁ DE ESPERA TRITON DE 2 LUGARES COM BRAÇOS FIXOS EM POUURETANO INTEGRAL SKIN E PÉS TRASEIROS EM AÇO CROMADO. COURO ECOLÓGICO 100% P.U.	81	R\$ 2.735,00	R\$ 221.535,00



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LOTE 02-ITEM 174: POLTRONA DIRECIONAL VEGA, ESPALDAR ALTO, TIPO FRAQUE, GIRATÓRIA GAS, BASE EM AÇO CROMADO COM RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON, MECANISMO MULTIBLOCK SINCRONIZADO 3:1, COM QUATRO PONTOS DE BLOQUEIO E TRAVA DE SEGURANÇA ANTI -SHOCK. BRAÇO COM REGULÁVEIS DE ALTURA E ANGULAÇÃO DE APOISO DE BRAÇO. COURO ECOLÓGICO 100% P.U.	61	R\$ 1.545,00	R\$ 94.245,00
LOTE 02- ITEM 176: POLTRONA DIRECIONAL VEGA, ESPALDAR MEDIO, TIPO FRAQUE, GIRATÓRIA GAS, BASE EM AÇO COM CAPA PRETA E RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON COM BRAÇOS FIXOS. COURO ECOLÓGICO 100% P.U.	65	R\$ 930,00	R\$ 60.450,00
LOTE 02- ITEM 177: POLTRONA OPERACIONAL VEGA, ESPALDAR MÉDIO, GIRATÓRIA A GÁS, BASE EM AÇO COM CAPA PRETA E RODÍZIOS DUPLOS DE NYLON, MECANISMO COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO E ALTURA DO ENCOSTO E BRAÇOS REGULÁVEIS. COURO ECOLÓGICO 100% P.U.	437	R\$ 874,00	R\$ 381.938,00
LOTE 02- ITEM 184: CADEIRA OPERACIONAL CETUS, ESPALDAR MEDIO, SOBRE LONGARINA DE TRÊS LUGARES SEM BRAÇOS. COURO ECOLÓGICO 100% P.U.	58	R\$ 1.428,00	R\$ 82.824,00
LOTE 02 -ITEM 192: POLTRONA COLETIVIDADE PHOBUS, BASE FIXA TRAPEZOIDAL EMPILHAVEL, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, ESPALDAR BAIXO SEM BRAÇOS. COURO ECOLÓGICO.	20	R\$ 484,00	R\$ 9.680,00
VALOR TOTAL: R\$ 1.729.032,00 (um milhão, setecentos e vinte e nove mil e trinta e dois reais)			

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato terá início a partir da data de sua assinatura e o seu término ficará condicionado à entrega total do seu objeto, obedecendo à vigência do crédito orçamentário, conforme art. 57, *caput*, da Lei n.º 8.666/93.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1. Os bens permanentes, objeto deste Contrato serão especificados – inclusive quanto às quantidades – nos respectivos contratos, notas de empenho ou em outros instrumentos hábeis (art. 62 da Lei 8.666/93);

3.2. A CONTRATADA deverá proceder à entrega dos materiais, perante a **Divisão de Administração Patrimonial do Fórum Desembargador Sarney**, localizada na Av Prof Carlos Cunha, 3676, São Luís- MA, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da assinatura do contrato.

3.3. A CONTRATADA deverá atender aos pedidos formalizados durante a vigência deste instrumento, ainda que a entrega seja prevista para data posterior à sua vigência;

3.4. Os bens permanentes serão recebidos:

3.4.1. Provisoriamente, de acordo com o disposto no art. 73, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93;

3.4.2. Definitivamente, mediante termo, conforme preceitua o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93;

3.4.3. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) Os bens deverão estar em suas respectivas embalagens originais, com a indicação da marca/modelo e/ou no próprio bem, bem como as demais características que possibilitem sua correta identificação;

b) Quando da entrega dos bens, estas deverão ser montadas automaticamente pela Contratada.

c) Deverá constar junto à embalagem, manual de montagem dos referidos bens patrimoniais;

3.4.3.1. Atendidas as condições indicadas nos itens acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado em termo próprio. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material;

3.4.4. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) Correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) Compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) Realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso o Pregoeiro entenda necessário;
- d) Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

e) Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

3.5. Incluídos no(s) preço(s) unitário(s) estão todos impostos, taxas, e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais correrão por conta do fornecedor;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. O CONTRATANTE, através da **Diretoria Administrativa do Tribunal do TJ/MA**, obriga-se a:

4.1.1. Gerenciar o presente contrato, indicando, sempre que solicitado, o nome da CONTRATADA, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos bens permanentes registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

4.1.2. Convocar a CONTRATADA para sanar possíveis irregularidades ocorridas na execução do presente contrato;

4.1.3. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e no presente contrato;

CLÁUSULA QUINTA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A CONTRATADA obriga-se ao fornecimento dos bens permanentes, devidamente montados, de acordo com a proposta apresentada, bem como à entrega **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da data de assinatura do contrato**, após a solicitação da Divisão de Administração Patrimonial do Fórum Desembargador Sarney.

5.2. Caso os bens adquiridos não correspondam ao suscitado no Termo de Referência, constante no edital, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a sua substituição, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da possibilidade da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei n.º 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), garantido o contraditório e a ampla defesa.

5.3. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação já exigidas na Licitação, bem como documentação pertinente atualizada, comunicando ao Tribunal de Justiça do Maranhão qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste instrumento.

5.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

8.1. O CONTRATANTE efetuará os pagamentos à CONTRATADA no valor de **R\$ 1.729.032,00 (um milhão, setecentos e vinte e nove mil e trinta e dois reais), de acordo com Nota de Empenho n.º 2011NE04922;**

8.2. O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão efetuará os pagamentos à empresa fornecedora, na medida em que os bens permanentes forem sendo adquiridos, em conformidade com as necessidades da Administração, até o limite dos respectivos valores registrados, conforme especificações deste instrumento;

8.3. O pagamento será realizado através de Ordem Bancária **para a conta corrente da CONTRATADA**, Agência 318-2, Conta Corrente 73734-8, Banco Bradesco, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do fornecimento dos bens permanentes, à vista da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente deste TJ/MA, conforme preleciona o art. 40, inciso XIV, alínea “a” da Lei 8.666/93;

8.4. O **documento de autenticação de Nota Fiscal para órgão público – DANFOP**, instituído pela Lei Estadual n.º 8.441/06 e regulado pelo Decreto Estadual n.º 22.513/06, será obrigatório nas operações com bens e mercadorias e nas prestações de serviços realizadas pelos contribuintes do imposto sobre operações de circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS, com os órgãos das administrações públicas federal, estadual ou municipal;

8.4.1. O pagamento das aquisições realizadas pelos órgãos ou entidades do Poder Judiciário fica vinculado à apresentação e confirmação do DANFOP correspondente, que integrará o respectivo processo.

8.4.1.1. Os órgãos ou entidades do Poder Judiciário deverão confirmar a autenticidade dos DANFOP que lhes forem apresentados;

8.4.1.2. Confirmada a autenticidade do DANFOP, o ordenador da despesa atestará essa validação no corpo do próprio documento, em campo destinado a esse fim.

8.5. O pagamento somente será efetivado após demonstração de atendimento aos requisitos de habilitação;

8.6. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei;

8.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, entre a data final prevista para o adimplemento, indicada no subitem acima e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/fatura, será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;



N = Número de dias entre a data final prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = taxa percentual anual = 6% (seis por cento).

8.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período contratual, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo de legislação federal;

9.2. Quando o preço, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Tribunal convocará a CONTRATADA visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

9.2.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FISCAL DO CONTRATO

10.1. O fiscal do contrato será feito pelo **Chefe da Divisão de Administração Patrimonial do Fórum Des. Sarney Costa ou servidor designado por ele**, que fiscalizará a contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93) e comunicará a autoridade superior, quando necessário para as providências devidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em caso de atraso injustificado na execução do objeto licitado, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, uma vez comunicada oficialmente.

11.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº. 8.666/93.

11.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;



b) Multa de até 5 % (cinco por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

11.2.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou Ata de Registro de Preço, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o poder público, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o subitem 11.2, letra a, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. O valor das multas referidas na alínea b, subitem 11.2 e no subitem 11.1 poderá ser descontado de qualquer fatura ou crédito existente no TJ/MA;

11.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá, ainda, a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE;

11.6. A penalidade estabelecida na alínea "d," do subitem 11.2, será da competência da Presidência do TJ/MA ou por agente que receba esta delegação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas nos arts. 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93;

12.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei n.º 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90);



12.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei n.º 8.666/93;

12.4. O licitante reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93;

12.5. O contrato poderá ser rescindido, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pela Administração, quando:

a) A CONTRATADA não cumprir as exigências contidas no presente Edital;

b) A CONTRATADA der causa à rescisão administrativa por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94;

c) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94;

II – Pela CONTRATADA, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências deste instrumento contratual;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O valor total para o fornecimento do objeto deste Contrato é **R\$ 1.729.032,00 (um milhão, setecentos e vinte e nove mil e trinta e dois reais)**, de acordo com **Nota de Empenho n.º 2011NE04922**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto fornecido.

13.2. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte:

UNIDADE GESTORA	040101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROJETO ATIVIDADE	4434 – ACESSO À JUSTIÇA
NATUREZA DE DESPESA	449052 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
ITEM DE DESPESA	52018 – MOBILIÁRIOS E UTENSÍLIOS EM GERAL
FONTE DE RECURSOS	0101000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.





ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Elegem as partes contratantes o Foro da comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís, 15 de dezembro de 2011.

P/CONTRATANTE:


DES. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

P/CONTRATADA:


SRA. BEATRIZ SALAMENE SIMÕES
Representante da Empresa

TESTEMUNHAS:

NOME: Janne Dias Cunha

RG Nº: 36717095-7 SSP/MA

NOME: Alfonso Frank G. Costa

RG Nº: 1690148- SSP/MA

Apelação Cível: 026908-2010**Recorrente: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR****Advogado: MARCO ANTONIO COELHO LARA****Recorrida: MARIA DIVINA DOS SANTOS ARAÚJO****Advogados: RODRIGO PIRES FERREIRA LAGO, ABDON CLEMENTINO DE MARINHO E OUTROS****INTIMAÇÃO**

Intimo a recorrida acima aludida para apresentar as contrarrazões de que trata o artigo 542 do Código de Processo Civil. Coordenadoria de Recursos Constitucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 22 de dezembro de 2011.

Adelene Cardoso Macedo
Auxiliar Judiciário

**COORDENADORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS
RECURSO ESPECIAL CÍVEL****Número Processo: 0016788-27.2009.8.10.0000****Número Protocolo: 034618-2011****Apelação Cível: 016788-2009****Recorrente: DEUZANIRA FERREIRA FRANÇA****Advogados: ANTONIO BRENO V. F. GUIMARÃES E OUTROS****Recorrido: BANCO DO BRASIL S/A****Advogados: WILSON CABRAL HOSSOE JÚNIOR E OUTROS****INTIMAÇÃO**

Intimo o recorrido acima aludido para apresentar as contrarrazões de que trata o artigo 542 do Código de Processo Civil. Coordenadoria de Recursos Constitucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 22 de dezembro de 2011.

Maria Hilânia de Sousa Torres
Técnico Judiciário

Diretoria Administrativa**Divisão de Licitação e Contratos**

RESENHA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 196/2011 – TJ FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO E A EMPRESA SEDUTE COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA- EPP. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 30.524/2011; OBJETO: Aquisição de mobiliário, mediante a Adesão à Ata de Registro de Preços nº. XVI/2010, vinculada ao Pregão Presencial nº. 22/2010 – UESPI PI; BASE LEGAL: Lei n.º 8.666/93; CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; CONTRATADO: EMPRESA SEDUTE COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP; DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 15/12/2011; VALOR DO CONTRATO: A CONTRATANTE efetuará os pagamentos à CONTRATADA no valor de R\$1.797.032,00 (Um milhão, setecentos e noventa e sete mil, trinta e dois reais) de acordo com a Nota de Empenho nº. 2011NE04922; VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do presente Contrato limitar-se-á à total entrega do objeto ou ao disposto, nos termos do art. 57, *caput*, da Lei n.º 8.666/93; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE GESTORA: 040101; FONTE RECURSOS: 0101000000; NATUREZA DA DESPESA: 449052; PROJETO/ATIVIDADE: 4434; ITENS DE DESPESA: 52018; ASSINATURA: p/Contratante: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto - Presidente; p/Contratado: Sr. Beatriz Salamene Simões – Representante Legal. São Luís, 15 de dezembro de 2011. ALESSANDRA DARUB ALVES. Diretora-Geral da Secretaria.

RESENHA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 202/2011 – TJ FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO E A EMPRESA MOBRAN INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 30.630/2011; OBJETO: Aquisição de mobiliário, mediante a Adesão à Ata de Registro de Preços nº. XVI/2010, vinculada ao Pregão Presencial nº. 22/2010 – UESPI PI; BASE LEGAL: Lei n.º 8.666/93; CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; CONTRATADO: EMPRESA MOBRAN INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA; DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 18/11/2011; VALOR DO CONTRATO: A CONTRATANTE efetuará os pagamentos à CONTRATADA no valor de R\$ 2.359.000,00 (Dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais) de acordo com a Nota de Empenho nº. 2011NE00681; VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do presente Contrato limitar-se-á à total entrega do objeto ou ao disposto, nos termos do art. 57, *caput*, da Lei n.º 8.666/93; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE GESTORA: 040901; FONTE RECURSOS: 0107000000; NATUREZA DA DESPESA: 449052; PROJETO/ATIVIDADE: 4436; ITENS DE DESPESA: 52018; ASSINATURA: p/Contratante: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto - Presidente; p/Contratado: Sr. Marcelo Aníbal Ferreira Gonçalves Branco – Representante Legal. São Luís, 15 de dezembro de 2011. ALESSANDRA DARUB ALVES. Diretora-Geral da Secretaria.

RESENHA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 203/2011 – TJ FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO E A EMPRESA MOBRAN INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 30.630/2011; OBJETO: Aquisição de mobiliário, mediante a Adesão à Ata de Registro de Preços nº. XVI/2010, vinculada ao Pregão Presencial nº. 22/2010 – UESPI PI; BASE LEGAL: Lei n.º 8.666/93; CONTRATANTE: Tribunal de